ING

Relatório da Administração

Apresentação Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

O exercício de 2020, além dos impactos ocasionados pela pandemia do COVID-19, após o anúncio do fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido, a Filial apresentou um prejuízo líquido de R\$ 165 milhões, versus um lucro líquido de R\$ 74 milhões em 2019. A variação no período reflete, principalmente, despesas com provisão de restruturação, baixa de créditos tributários e aumento nas despesas com provisão de devedores duvidosos.

Balanço patrimonial

possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação Circular nº 3.930/19 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do em atendimento a Circular nº 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia

A Filial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com Agradecimentos base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, e de acordo com A Filial agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, parceria, confiança, dedicação e profissionalismo. o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 18% (19% em

Gerenciamento de Riscos

A Filial possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de Em 31 de dezembro de 2020 a Filial possui títulos privados classificados mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na como "mantidos até o vencimento". Para estes títulos, a administração sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 e

risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil.

São Paulo, 30 de março de 2021. A Diretoria.

Demonstrações do resultado

, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,				,,,,,,,
		2020	2020	2019
	Nota	2° Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação				
financeira		60.398	3.755.969	855.570
Operações de crédito		8.854	239.326	87.782
Resultado de operações		0.004	200.020	07.702
com títulos e valores				
mobiliários		113.803	467.173	427.312
Resultado com instrument	os			
financeiros derivativos		(62.259)	966.089	201.826
Resultado de operações		(
de câmbio		_	2.083.381	138.650
Despesas de intermediação)			
financeira		36.617	(3.698.877)	(695.685)
Operações de captação			(0.000.0)	(000.000)
no mercado		(24.716)	(89.832)	(140.170)
Operações de empréstimo	s	(= 10)	(22.202)	(1.101.10)
e repasses	-	464.911	(3.145.007)	(423.183)
Resultado de operações			(011 101001)	(,
de câmbio		(282.208)	(282.208)	(122.489)
Provisões para perdas		((,	(1221100)
esperadas associadas ac)			
risco de crédito		8 (121.370)	(181.830)	(9.843)
Resultado bruto da		(.2,	(1011000)	(0.0.0)
intermediação financeira		97.015	57.092	159.885
Outras receitas/despesas		07.010	07.002	100.000
operacionais		(211.110)	(171.308)	(75.640)
Receitas de prestação		(=	((10.0.0)
de serviços		43.290	77.409	81.215
Despesas de pessoal		(41.987)		
Outras despesas		()	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	(====,
administrativas	2	2 (24.899)	(53.226)	(50.281)
Despesas tributárias		(16.944)		(24.957)
Outras receitas		(,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	(=,
operacionais	23.	d 9.543	25.312	28.903
Outras despesas				
operacionais	23.	e (180.113)	(112.093)	(48.013)
Resultado operacional		(114.095)		
Resultado não operacional		-		105
Resultado antes da tributaç	ão			
sobre o lucro		(114.095)	(114.216)	84.350
Imposto de renda e		, ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	, , ,	
contribuição social	2	0 (48.984)	(48.960)	(9.096)
Provisão para imposto		, ,	,	, - : 0/
de renda		(7.575)	(20.106)	(12.965)
Provisão para contribuição)	, ,	,,	, =:===
social		(5.927)	(15.915)	(8.197)
Ativo fiscal diferido		(35.482)		
Participações estatutárias		,	, , , , , ,	
no lucro		-	(1.452)	(1.229)
(Prejuízo)/Lucro líquido do			,,	,,
semestre/exercício		(163.079)	(164.628)	74.025
A 4 4			, ~	, ,

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020

		(Em mina	res de reals)
	2020	2020	2019
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(163.079)	(164.628)	74.025
(+/-) Resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrandente total	(163.079)	(164 628)	74.025

As notas explicativas são parte inte	grante das de	monstrações	financeiras.
	2020	2020	2019
	2° Semestre	Exercício	Exercício
(Redução) Aumento em			
instrumentos financeiros			
derivativos	(738.501)	234.253	286.817
(Redução) Aumento em	,		
outras obrigações	(19.259.958)	(8.231.240)	15.090.395
(Redução) Aumento em	,		
resultados de exercícios futuros	(390)	(1.351)	(6.068)
Caixa líquido originado em			
atividades operacionais	(4.922.079)	(1.421.763)	3.211.690
Atividades de investimento		•	
Alienação (Aquisição) de outros			
investimentos	-	-	79
Aquisição (Alienação) de			
imobilizado de uso	(73)	3.213	3.602
Aquisição (Alienação) de intangíve	ı -	(3.378)	(476)
Caixa líquido originado em			
atividades de investimento	(73)	(165)	3.205
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	-	31.575
Juros sobre capital próprio	-	-	(37.147)
Caixa (Aplicado) em atividades			
de financiamento	-	-	(5.572)
Aumento (Redução) nos fluxos			
de caixa	(4.922.152)	(1.421.928)	3.209.323
Caixa e equivalentes de caixa			
no início do semestre/exercício	10.990.628	7.490.404	4.281.081
Caixa e equivalentes de caixa			
no fim do semestre/exercício	6.068.476	6.068.476	7.490.404
Aumento (Redução) no caixa e			
equivalentes de caixa	(4.922.152)	(1.421.928)	3.209.323
As notas explicativas são parte inte	grante das de	monstrações	financeiras.

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2	019					(Em milh	ares de reais
Ativo				Passivo			
N	lota	2020	2019		Nota	2020	2019
Circulante	5	6.068.476	7.490.404	Depósitos	12	1.722.653	2.420.952
Disponibilidades		106.057	4.524	Depósitos à vista		912	473
Aplicações interfinanceiras de				Depósitos interfinanceiros		261.816	276.909
liquidez		5.962.419	7.485.880	Depósitos a prazo		1.459.925	2.143.570
Títulos e valores mobiliários e				Relações interdependências		152.122	21.002
Instrumentos financeiros derivativos		1.497.881	1.647.454	Recursos em trânsito de terceiros		152.122	21.002
Carteira própria		770.143	724.887	Obrigações por empréstimos	13	8.685.129	9.626.826
Vinculados à prestação de garantias	6	28.804	618.434	Empréstimos no exterior		8.685.129	9.626.826
Instrumentos financeiros derivativos	7	698.934	304.133	Instrumentos financeiros derivativos		732.338	498.085
Relações interfinanceiras		470	811	Instrumentos financeiros derivativos		732.338	498.085
Créditos vinculados:				Outras obrigações		18.839.625	27.129.438
Depósitos no Banco Central do Brasil		389	741	Carteira de câmbio	9	18.758.464	26.975.902
Correspondentes		81	70	Fiscais e previdenciárias	14	47.933	49.336
Operações de crédito	8	784.339	938.291	Negociação e intermediação			
Operações de crédito - setor				de valores		47	105
privado		459.106	257.634	Diversas	15	33.181	104.095
Financiamentos - setor privado		328.925	689.223	Provisões	16, 17	105.874	47.303
Provisões para perdas esperadas				Resultados de exercícios futuros	,	1.279	2.630
associadas ao risco de crédito (-)		(3.692)	(8.566)	Resultado de exercícios futuros		1.279	2.630
Outros créditos		22.313.364	30.231.001	Patrimônio líquido	19	503.469	667.827
Carteira de câmbio	9	22.228.467	30.076.388	Capital:			
Rendas a receber		4.684	7.768	De domiciliados no exterior		489.835	458.260
Negociação e intermediação de valores		1.203	20.885	Aumento de capital		-	31.575
Diversos	10	315.243	175.489	Reserva de capital		4.818	4.550
Provisão para perdas associadas ao				Reserva de lucros		40.511	173.442
risco de crédito (outros créditos) (-)	8	(236.233)	(49.529)	Prejuízos acumulados		(31.695)	
Outros valores e bens		147	253	•		, ,	
Despesas antecipadas		147	253				
Ativo fiscal diferido	11	70.191	97.278				
Investimentos		65	65				
Outros investimentos		65	65				
Imobilizado de uso		4.612	7.770				
Outras imobilizações de uso		6.361	9.574				
(-) Depreciações acumuladas		(1.749)	(1.804)				
Intangível		2.944	736				
Ativos intangíveis		4.279	901				
(-) Amortização acumulada		(1.335)	(165)				
Total do ativo		30.742.489	40.414.063	Total do passivo		30.742.489	40.414.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Eventos							
	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Rese	erva de lucros Estatutária	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	458.260	-	4.218	36.810	99.756	-	599.044
Lucro líquido do exercício	-	-	-		-	74.025	74.025
Aumento de capital	-	31.575	31.575	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.701	-	(3.701)	
Reserva estatutária	-	-	-		70.324	(70.324)	
Outras reservas	-	-	332		-	-	332
Juros sobre capital próprio	-	-	-		(37.147)	-	(37.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	458.260	31.575	4.550	40.511	132.933	-	667.829
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-		-	(164.628)	(164.628)
Outras reservas	-	-	268		-	-	268
Saldos em 31 de dezembro de 2020	489.835	-	4.818	40.511	132.933	(164.628)	503.469
Saldos em 30 de junho de 2020	489.835	-	4.676	40.511	170.078	(38.693)	666.407
Prejuízo líquido do semestre		-			_	(163.080)	(163.080)
Outras reservas	-	-	142		-	-	142
Saldos em 31 de dezembro de 2020	489.835	-	4.818	40.511	170.078	(201.773)	503.469
As	notas explicativas	s são narte inte	arante das dem	onstrações	financeiras		

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

2020 2° Semestre	2020	2019
2º Comoctro		2019
2 Selliestie	Exercício	Exercício
(110.321)	18.585	73.971
(163.082)	(164.628)	74.025
551	1.115	2.264
-	-	(12.388)
as		
52.068	181.830	9.843
142	268	332
-	-	(105)
(4.811.758)	(1.440.348)	3.137.719
1.337.493	149.573	(622.472)
458	341	404
	(163.082) 551 - as 52.068 142 - (4.811.758)	(163.082) (164.628) 551 1.115

		,	,
	2020	2020	2019
	2° Semestre	Exercício	Exercício
(Aumento) Redução em			
operações de crédito	175.559	158.826	280.919
(Aumento) Redução em			
outros créditos	20.470.153	7.758.020(15.939.928)
(Aumento) Redução em			
outros valores e bens	398	106	(16)
(Redução) Aumento em			
depósitos	(918.175)	(698.299)	383.004
(Redução) Aumento em			
captações no mercado aberto	-		(126)
(Redução) Aumento em			
obrigações por empréstimos	(6.029.386)	(941.697)	3.650.740
(Redução) Aumento em			
relações de interdependências	150.591	131.120	14.050



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

No comunicado à imprensa feito pelo ING Group no dia 05 de novembro de 2020, foram anunciadas atualizações da estratégia Think Forward para o segmento de Wholesale Banking, que incluiu o fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido. A Filial de São Paulo comunicou os reguladores e os colaboradores, e o processo de encerramento das atividades será realizado em conformidade com os requerimentos necessários.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto do encerramento das atividades do Banco, iniciado conforme descrito acima e esperado para ser concluído até 2023.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários (incluindo a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável, quando aplicável), instrumentos financeiros derivativos e crédito tributário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente, conforme nota 3.l.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos: (i) mudanças na apresentação do balanço patrimonial dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade; (ii) abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas (iii) balanço patrimonial passa a ser apresentado comparativamente ao exercício social imediatamente anterior e, (iv) inclusão da Demonstração de Resultado Abrangente.

Adicionalmente, o Banco adequou suas divulgações, em linha com a Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020 trouxe mudanças na apresentação, onde destacamos: (i) nomenclatura de contas, como por exemplo: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (ii) apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, que fazem parte dos itens de caixa e equivalente de caixa, são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- · Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Administração do Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, que envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando metodologias e premissas utilizadas, quando aplicável.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do exercício

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do exercício quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Banco não possuía títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

DOESP - 3COL X 40CM - Pág. 2

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Bacen, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são diariamente, reportando toda e qualquer mudança no portfólio. classificados de acordo com a sua natureza:

Hedge de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Filial possuía instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Hedge de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo para assegurar alinhamento ao apetite de risco da organização. Os contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas ssociadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), além disso, envolvem premissas e julgamentos da Administração baseados em metodologias internas de classificação de risco, e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa quanto à essas perdas As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos rovenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

Atendendo à Resolução nº 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o exercício de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

Conforme a Resolução nº 3.566 do CMN, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábi líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do

i) Imposto de renda e contribuição social

Á provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no exercício.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 4.842/20 do CMN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável. De acordo com a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019, a partir de 1º de março de 2020, a alíquota da contribuição social foi majorada a 20%, e por isso a contribuição social diferida foi constituída considerando está alíquota para tudo que apresenta realização a partir dessa data

i) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira

k) Pagamento baseado em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

Considera-se como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, e de acordo com o que lhe Administração da Filial considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência num período eventual da instituição.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue:

Risco de mercado - é definido pelo risco de mudança de taxas e preços no mercado financeiro que possam reduzir o valor do portfólio afetando de forma negativa os resultados do conglomerado. Esses riscos são áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças. provenientes da atividade de trading que pode ter posições sem hedge abertas no mercado ou com hedges imperfeitos.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições análise de métricas capazes de mensurar o risco, estabelecer limites e a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos divulgar informações como VaR, Basis Point Value (BPV), exposição cambial (FX Delta), stress test e backtest. O controle é feito de forma independente das áreas de negócio e as informações são divulgadas

> Análise de sensibilidade - o Balanço Patrimonial está sujeito à variação dos fatores de risco de mercado decorrentes da atividade de intermediação financeira e de negociação por conta própria da instituição. A exposição a risco de mercado é gerenciada pela área de Financial Markets, que A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por desempenha a função de primeira linha de defesa, e monitorada de forma operações compromissadas no montante de R\$ 5.962.419 (R\$ 7.485.880 independente pela área de Risco de Mercado, como segunda linha de em dezembro/2019) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em defesa, observando-se limites preestabelecidos revisados periodicamente até três meses a contar da data de aquisição.

de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é fatores de risco a que a instituição está atualmente sujeita abrangem exposição à variação cambial e variação das taxas de juros das moedas negociadas, que, no caso da filial brasileira do ING Bank N.V., concentramse primariamente em dólares americanos, euros e reais. A atividade da instituição não envolve, no momento, posições em produtos não lineares, como opções de moeda e juros.

i. O Value-at-Risk é uma métrica estatística que mensura a perda percentual da carteira do Conglomerado sujeita a riscos de mercado, ou seja, a riscos de flutuação de taxas de juros ou taxas de câmbio. Representa a perda máxima dentro de um período e nível de confiança determinados

O conglomerado ING Bank do Brasil seque a metodologia global padrão da organização, sendo esta a simulação histórica com a amostra de um ano, horizonte de tempo de um dia e 99% de nível de confiança.

Valores em milhares de Reais)
	2020	2019
VaR taxas de juros	1.499	1.741
VaR moeda estrangeira	262	318
VaR fechamento do exercício	1.514	1.754
VaR máximo do exercício	12.484	2.419
VaR mínimo do exercício	956	1.090

ii. O BPV (Basis Point Value) é uma forma de mensurar o risco de mercado de ativos de renda fixa e verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. O Delta mede a variação de preço do ativo subjacente

Fator de r	risco		
	Valores em milhares de Reais	2020	2019
BPV	PRE	(20)	(10)
	USD on	(101)	(71)
	USD off	97	50
	EUR on	103	9
	EUR off	(107)	(35)
FX Delta	USD	(6.874)	(14.192)
	EUR	(389)	(2.068)
	JPY	47	39
	GBP	60	5

iii. Teste de estresse - Risco de mercado: As métricas de risco utilizadas são submetidas a testes de estresse adicionais com o objetivo de identificar o potencial de perda em condições extremas, como VaR de estresse, e de eventos excepcionais específicos identificados em históricos mais extensos. O quadro abaixo resume a situação das principais medidas utilizadas pela filial brasileira na gestão dos riscos de mercado em situações de estresse

2020	2019
5.604	30.007
1.565	3.436
5.604	29.020
55.795	36.589
4.149	11.989
	5.604 1.565 5.604 55.795

iv. Teste de aderência (Backtest) - A área de Risco de Mercado utiliza o backtesting para determinar a aderência ao modelo de VaR, o método constitui em comparar o VaR calculado com as perdas ou ganhos financeiros efetivos da posição até o momento. Os dados de PnL teórico são inseridos na plataforma global e os resultados do backtesting são compilados e divulgados periodicamente.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Bacen, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração é permitido pelo seu regulador, Banco Central do Brasil. Além disto, a do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente. para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial,

5 Caixa e equivalentes de caixa

O gerenciamento e monitoramento do risco de mercado compreende a Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o caixa e equivalentes de caixa

2020	2019
Circulante	Circulante
106.057	4.524
5.962.419	7.485.880
6.068.476	7.490.404
	106.057 5.962.419



https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas

Títulos e valores mobiliários							
				2020			
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado			
Vinculados à prestação de garantias para negociação							
Cotas de fundos de investimento	28.804		28.804	28.804			
	28.804	-	28.804	28.804			
Mantidos até o venciment)						
Debêntures	-	770.143	770.143	770.143			
	-	770.143	770.143	770.143			

		770.140	770.140	770.140
Títulos e valores mobiliár	ios			
				2019
	Até 3	Acima	Valor	
	meses	de 1 ano	contábil	atualizado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	113.524	-	113.524	113.407
	113.524		113.524	113.407
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Letras do tesouro nacional	598.215	-	598.215	597.408
Cotas de fundos de				
investimento	20.219	-	20.219	20.219
	618.434	-	618.434	617.627
Mantidos até o vencimento				
Debêntures		611.363	611.363	611.363
		611.363	611.363	611.363
O valor de mercado dos títu	loe claesifi	cados nara	negociacã	o representa

o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como mantidos até o vencimento é R\$ 823.134 para o exercício findo em 31 de dezembro 8 Operações de crédito de 2020.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3). e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os seus administradores.

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com este critério, não foi constituída provisão.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue

- · Hedge operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou (*) Em março de 2020 houve vencimento de garantia prestada, convertida passivos financeiros objeto de proteção;
- Negociação operações com instrumentos financeiros derivativos b) Nível de risco utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário. Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, demonstrados a seguir:

acmonstraces a seg	uii.							
Instrumentos final	Instrumentos financeiros derivativos							
					2020			
		De 3		Valor				
	Até 3	meses	Acima	contábil/	Custo			
	meses	a 1 ano	de 1 ano	mercado	atualizado			
Ativo - Negociação								
Swaps								
- Moeda estrangeira	-	1.740	3.597	5.337	3.893			
Mercado a termo								
- Moeda estrangeira	258.220	313.989	121.388	693.597	675.258			
Totais por faixa								
de vencimento								
em 2020	258.220	315.729	124.985	698.934	679.151			
Totais por faixa								
de vencimento								
em 2019	159.022	121.978	23.133	304.133	285.385			
Passivo - Negociaçã	0							
Swaps								
- Moeda estrangeira	(1.519)	(121.246)	(37.116)	(159.881)	(156.079)			
Mercado a termo	, ,	,	,	,	,			
- Moeda estrangeira	(319.469)	(216.957)	(35.132)	(571.558)	(557.768)			
Outros	(899)	•	_	(899)				
Totais por faixa	, ,			, ,	, ,			
de vencimento								
em 2020	(321.887)	(338.203)	(72.248)	(732.338)	(714.746)			
Totais por faixa	•				•			
de vencimento								
em 2019	(225.140)	(214.501)	(58.444)	(498.085)	(430.934)			
	• /	•		, ,				

compensação, como segue:

DOESP - 3COL X 40CM - Pág. 3

Contratos					
					2020
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda					
estrangeira	2.352.635	24.066.229	1.287.736	-	27.706.600
- Taxa de					
juros	13.799.619	-	-	-	13.799.619
Hedge - risco					
de mercado					
- Taxa de juros	· -	-	-	469.896	469.896
Total 2020	16.152.254	24.066.229	1.287.736	469.896	41.976.115
Total 2019	21.278.992	25.781.287	1.298.725	1.505.614	49.864.618

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 28.804 (R\$ 618.434 em dezembro/2019), garantidas mediante a vinculação de cotas de fundo de liquidação.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até abril de 2022. Os itens objeto de *hedge* são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até janeiro de 2022, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	valor referencial	valor de v mercado
Instrumento de hedge		
Futuros - DI	457.898	469.896
Objeto de <i>hedge</i>		
Operações de crédito	111.500	112.601
CDB	341.000	355.168

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Resultado com derivativos		
	2020	2019
Futuros	147.519	363.762
Swaps	(408.499)	(18.155)
Termo	1.226.250	(143.441)
Outros	819	(340)
Total	966.089	201.826

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN, tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito		
Setor privado	2020	2019
Indústria	513.003	741.103
Comércio	100.036	-
Outros serviços	174.992	205.743
Pessoas físicas	-	11
Total (*)	788.031	946.857

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 1.083 (R\$ 1.448 em dezembro/2019)

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)				
Setor privado	2020	2019		
Indústria	1.043.042	1.541.208		
Comércio	1.899.056	1.189.220		
Outros serviços	375.673	309.223		
Total	3.317.771	3.039.651		

Títulos e créditos a receber (Nota 10)		
Setor privado	2020	2019
Outros serviços (*)	151.076	-
Total	151.076	-

em confissão de dívida, no valor de R\$ 153.906.

Nível de risco					
		Valor da	provisão	Valor	da carteira
	%	2020	2019	2020	2019
AA	0%	-	-	2.297.763	1.046.571
Α	0,5%	-	633	-	126.580
В	1%	10.309	25.925	1.030.893	2.593.850
С	3%	-	2.941	-	98.045
D	10%	69.398	3.921	693.976	39.211
E	30%	-	24.675	-	82.251
F (*)	50%	77.048	-	151.076	-
G	70%	-	-	-	-
Н	100%	83.170	-	83.170	-
Total		239.925	58.095	4.256.878	3.986.508

(*) A provisão do nível F foi constituída sobre 51% do valor da carteira, de acordo com a estimativa efetuado pela área de Risco de crédito.

c) Vencimento

Vencimento		
	2020	2019
A vencer até 90 dias	1.554.905	1.065.888
A vencer de 91 a 360	2.322.208	2.475.726
A vencer acima de 360	145.522	444.894
Vencidas até 180	182.758	-
Vencidas acima de 180 dias	51.485	-
Total	4.256.878	3.986.508

d) Movimentação da provisão

Provisão		
	2020	2019
Saldo inicial	58.095	48.252
Constituição	193.670	17.737
Reversão	(11.840)	(7.894)
Saldo final	239.925	58.095

A garantia prestada com vencimento em março de 2020, mencionada na nota explicativa 8.a), tinha provisão para perdas esperadas associada de provisão para fianças e garantias prestadas, e reconstituída como ocorreu a conversão para confissão de dívida dessa garantia prestada e, como consequência, para fins de comparação adequada, o resultado desta As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados esperadas associadas ao risco de crédito na demonstração do resultado. na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de Em 31 de dezembro de 2020 existem operações renegociadas no montante de R\$ 234.246 (R\$ 241.158 em dezembro/2019)

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio				
		2020		2019
		Longo		Longo
	Circulante	prazo	Circulante	prazo
Ativo				
Câmbio comprado				
a liquidar	13.183.725	2.238.267	17.509.796	92.284
Direitos sobre venda				
de câmbio	5.129.248	1.617.784	12.329.631	88.384
Rendas a receber de adiantamento				
concedido (Nota 8)	59.443	-	56.293	-
Total	18.372.416	3.856.051	29.895.720	180.668
Passivo				
Câmbio vendido				
a liquidar	5.228.689	1.620.725	12.147.455	87.656
Obrigações por				
compra de câmbio	12.935.724	2.231.654	17.635.765	88.384
Adiantamentos sobre contratos de				
câmbio (Nota 8)	(3.258.328)	-	(2.983.358)	-
Total	14.906.085	3.852.379	26.799.862	176.040

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos				
		2020		2019
		Não		Não
	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Impostos a compensar	13.018	5.149	25.020	4.848
Depósitos judiciais				
(Nota 17.d)	9	141.825	-	139.841
Adiantamentos a				
funcionários e terceiros	516	66	1.069	-
Títulos e créditos a				
receber (Nota 8)	151.076	-	-	-
Devedores diversos país	434	3.150	318	4.393
Total	165.053	150.190	26.407	149.082

11 Ativo fiscal diferido

O saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social existentes em 31 de Dezembro de 2020, no montante de R\$ 70.191 (R\$ 97.278 em dezembro/19) decorre basicamente de diferenças temporárias, assim consideradas as despesas apropriadas no resultado do exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja exclusão ou compensação fiscal futura encontra-se expressamente prevista na legislação tributária vigente. Essas diferenças temporárias estão, basicamente, representadas pela provisão para perdas associadas ao risco de crédito, estoque a realizar de diferença de curvas no cálculo de derivativos futuros registrados na B3, ajustes a valor de mercado e provisões para contingências fiscais. As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas

	2019	Adições	Baixas	202
Outras provisões				
temporárias	63.476	85.089	(91.326)	57.23
Prejuízo fiscal e base			,	
negativa CSLL	7.358	54.406	(61.764)	
R/CS diferido sobre			,	
marcação a mercado	26.444	46.492	(59.984)	12.95
Total	97.278	185.987	(213.074)	70.19

Créditos tributários diferidos					
	2018	Adições	Baixas	2019	
Outras provisões temporárias	50.130	27.744	(14.398)	63,476	
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	15.908	113.972	(122.522)	7.358	
IR/CS diferido sobre	6.395	45.380		26.444	
marcação a mercado Total	72.433	187.096	(25.331) (162.251)	97.278	

O saldo de provisões temporárias passivas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.660 (R\$ 19.808 em dezembro/2019)

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	Realização do crédito tributário	
-		2020
	Ano-calendário 2021	62.798
	Ano-calendário 2022	7.393
	Imposto de renda e contribuição social diferido	70.191
	Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributá	rios é de

R\$ 66.890 (R\$ 92.584 em dezembro/2019), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos exercícios

12 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e ca	ptações				
					2020
			De 3		
	Sem	Até 3	meses	De 1 a	
	vencimento	meses	a 1 ano	3 anos	Total
Depósito à vista	912	-	-	-	912
Depósito					
interfinanceiros	-	-	261.816	-	261.816
Depósito a prazo	-	911.215	293.583	255.127	1.459.925
Total por faixas d	е				
vencimento em	2020 912	911.215	555.399	255.127	1.722.653
Total por faixas d	е				
vencimento em	2019 473	765.015	1.517.801	137.663	2.420.952

13 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

ao risco de crédito no valor de R\$ 68.330, que foi revertida da rubrica Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 1.496.705 provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando (US\$ 1.226.101 em dezembro/2019) que representa R\$ 7.777.032 (R\$ 4.941.311 em dezembro/2019), a taxa de juros de até 5,99% ao ano e vencimentos até setembro de 2022, repasses do exterior, no reversão foi classificada na rubrica de despesas com provisão para perdas montante de US\$ 170.765 que representa R\$ 887.313 (R\$ 1.023.853 em dezembro/2019), a taxa de juros de até 2,56% ao ano e vencimentos até junho de 2021 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 4.000 (US\$ 811.194 em dezembro/2019) que representa R\$ 20.784







Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(R\$ 3.661.662 em dezembro/2019), a taxa de juros de até 0,15% ao ano com vencimentos até janeiro de 2021.

14 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias		
	2020 Circulante	2019 Circulante
Impostos e contribuições a recolher	6.745	8.366
Imposto de renda e contribuição social	35.528	21.162
Impostos e contribuições diferidos	5.660	19.808
Total	47.933	49.336

15 Outras obrigações - diversas

Créditos diversos				
		2020		2019
		Não		Não
	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Provisão para despesas				
de pessoal	15.656	3.975	14.498	1.229
Provisão para perdas				
com avais e fianças	1.381	-	68.473	1.410
Diversos	6.725	5.444	18.088	397
Total	23.762	9.419	101.059	3.036

16 Provisão de reestruturação

Conforme descrevemos na Nota 1, a Filial de São Paulo fará o encerramento das atividades no Brasil. Como parte desse processo e, de acordo, com o CPC 25, realizamos uma provisão para reestruturação, composta por:

	2020
Provisão de despesas de pessoal	50.484
Provisão despesas com imóvel	5.723
Provisão de despesas com advogados e demais	600
Total	56.807

17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por exfuncionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	2019	Adicões	Baixas/ Reversões	2020
Trabalhistas	65	-	(65)	-
Fiscais	47.238	2.200	(371)	49.067
Total	47.303	2.200	(436)	49.067

b.1) Passivos contingentes classificados como perda possível: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R\$ 27.554 (R\$ 26.799 em dezembro/2019). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em maio/2019.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social. em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 12.660 (R\$ 12.364 em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.506 (R\$ 6.419 em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 6.204 (R\$ 6.136 $\,$ em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de *hedge*), no valor de R\$ 3.301 (R\$ 3.220 em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 9.621 (R\$ 9.880 em dezembro/2019).

Obrigações legais: representadas, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto (a) valores de processos com discussão de IRPJ e CSLL de períodos de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão" conforme balanço patrimonial. As (*) em 2019 a alíquota de CS era de 15%. principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 10.346 (R\$ 10.093 em dezembro/2019) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 24.803 (R\$ 24.382 em dezembro/2019), As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com ISS sobre avais e fianças no montante de R\$ 8.633 (R\$ 7.414 em dezembro/2019), IRPJ/CSLL sobre ganhos na desmutualização da BMF/ Bovespa no montante de R\$ 2.208 (R\$ 2.178 em dezembro/2019) e processos de natureza trabalhista/previdenciária no montante de R\$ 2.258 (R\$ 3.171 em dezembro/2019). Todos os processos citados possuem

c) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 26.647 (R\$ 26.196 em dezembro/2019), depósitos vinculados a Anistia R\$ 19.590 (R\$ 19.402 em dezembro/2019), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 25.755 (R\$ 25.297 em dezembro/2019), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 6.087 (R\$ 5.988 em dezembro/2019), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 6.004 (R\$ 5.863 em dezembro/2019), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 12.660 (R\$ 12.364 em dezembro/2019), e PIS (08 a 12/2004) e COFINS - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de hedge", no montante de R\$ 30.855 (R\$ 30.019 em dezembro/2019). O saldo remanescente de R\$ 14.235 (R\$ 14.712 em dezembro/2019) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

18 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descriç	ção					
			2020			2019
			Receita			Receita
	Ativo	Passivo	(despesa)	Ativo	Passivo	(despesa)
Opera- ções de crédito	3.485.089	_	148.115	3.162.538	_	61.751
Emprés- timos do exterior		2 262 249			2 150 504	(57.356)
exterior	-	3.362.248	(154.051)	-	3.159.504	(57.356)
O resulta	ado líquido	com opera	ções vincu	ıladas é de	R\$ 8.053	(R\$ 4.395

em 2019) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de operações ativas vinculadas em

19 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 489.835 (R\$ 489.835 em dezembro/2019), referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial. Conforme Deliberação em 27 de dezembro de 2019, houve aprovação de aumento de capital no valor de R\$ 31.575 homologado pelo Bacen em 06 de abril de 2020. A totalidade do aumento de capital é referente a **22 Despesas administrativas** capitalização de juros de capital próprio

20 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contri	Imposto de renda e contribuição social					
		2020		2019		
		Con-		Con-		
	Imposto	tribuição	Imposto	tribuição		
	de renda	social	de renda	social		
Apuração de imposto de						
renda e contribuição social						
Imposto de renda e						
contribuição social corrente	,					
Resultado antes dos						
impostos e participações	(114.216)	(114.216)	84.350	84.350		
(-) Participações nos		,				
resultados	(1.452)	(1.452)	(1.229)	(1.229)		
Resultado antes dos						
impostos ajustado	(115.668)	(115.668)	83.121	83.121		
Adições ou exclusões						
temporárias	212.301	212.301	31.294	31.294		
Ajuste contábil referente						
futuros	31.526	31.526	(26.435)	(26.435)		
Ajuste MTM swap e						
títulos públicos	(29.983)	(29.983)	42.776	42.776		
Provisão para créditos						
de liquidação duvidosa	113.329	113.329	23.488	23.488		
Provisão para contingência	S					
e variação monetária						
dos depósitos judiciais	39.349	39.349	(7.448)	(7.448)		
Provisão restruturação	56.807	56.807	-	-		
Provisão para gratificações		1.353	(684)	(684)		
Outras adições e exclusões						
diversas	(80)	(80)	(403)	(403)		
Adições ou exclusões			()	()		
permanentes	1.578	1.578	(36.350)	(36.350)		
Compensação prejuízo			(()	()		
fiscal/base negativa	(16.351)	(16.351)	(23.420)	(23.420)		
Base tributável	81.860	81.860	54.645	54.645		
IR (alíquota 15%) e	(40.000)	(45.007)	(0.407)	(0.407)		
CS (Alíquota 20%) (*)	(12.280)	(15.867)	(8.197)	(8.197)		
Adicional de IR	(0.400)		(5.444)			
(alíquota 10%)	(8.162)	-	(5.441)			
Redução de imposto	700		070			
por incentivos	782	-	673			
Imposto de renda e	(40.000)	(45.007)	(40.005)	(0.407)		
contribuição social a pagar	(19.660)	(15.867)	(12.965)	(8.197)		
Ajuste de exercícios	(440)	(40)				
anteriores (a)	(446)	(48)	-			
Imposto de renda e	(20.406)	(1E 01E)	(12.065)	(0.107)		
_contribuição social corrente Imposto de renda e	(20.106)	(15.915)	(12.965)	(8.197)		
contribuição social diferido						
Resultado da marcação a mercado	(20.002)	(29.983)	49 77F	49 77F		
Provisões não dedutíveis	(29.983)	(29.963)	42.775	42.775		
	(13 050)	(13 050)	15 704	15 794		
temporariamente	(13.859)	(13.859)	15.734	15.734		
Prejuízo fiscal e base de	(16.254)	(16 0E4)	(00.400)	(00 400)		
Cutros diferences	(16.351)	(16.351)	(23.420)	(23.420)		
Outras diferenças	21 420	21 420	(06.440)	(06.440)		
temporárias Base tributável diferida	31.439	31.439	(26.443) 8.646	(26.443) 8.646		
	(28.754)	(28.754)	8.046	0.040		
Imposto de renda e	(7.107)	(F 750)	2.162	9.904		
contribuição social diferido	(7.187)	(5.752)	2.102	9.904		

21 Operações com partes relacionadas

base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
Ativo/(Passivo)		(Em milhar	es de Reais)
	Grau de relação	2019	2020
Depósito em moeda			
estrangeira	Controladora	1.952	30.189
Depósitos à vista	Outras partes		
	relacionadas	(473)	(912)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes		, ,
	relacionadas	(261.907)	(261.816)
Empréstimos no exterior	Controladora	(9.290.911)	(8.281.405)
Outros créditos - câmbio	Controladora	24.507.650	(13.722.935)
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(24.452.059)	(13.588.650)
Receitas/(despesas)		(Em milhar	es de Reais)
	Grau de relação	2019	2020
Describe de la câmbia	0	(044.704)	(400.050)

Outras obrigações - câmbio	Controladora	(24.452.059)	(13.588.650)
Receitas/(despesas)		(Em milhar	es de Reais)
	Grau de relação	2019	2020
Resultado de câmbio	Controladora	(244.761)	(496.859)
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	314	314
Receita de prestação de serviços	Controladora	47.710	49.633
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(56)	(9)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(15.377)	(6.740)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(613.718)	(1.828.904)

(Em milhares de reais)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN. A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6.060 (R\$ 6.021 em dezembro/2019) de remuneração fixa, e de R\$ 3.170 (R\$ 2.490 em dezembro/2019) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo, conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local

No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 268 (R\$ 332 em dezembro/2019), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2020	2019
Serviços prestados por parte relacionada	(18.788)	(14.327)
Processamento de dados	(10.178)	(9.206)
Outras despesas administrativas	(5.944)	(5.166)
Serviços do sistema financeiro	(5.519)	(4.644)
Serviços técnicos especializados	(4.453)	(6.177)
Aluguel	(4.198)	(4.153)
Depreciação e amortização	(1.115)	(2.264)
Manutenção e conservação de bens	(1.094)	(1.300)
Comunicação, publicações, promoções e	,	,
relações públicas	(1.077)	(1.470)
Seguros, água, energia e gás	(332)	(185)
Despesas de transporte e viagem	(265)	(843)
Serviços de terceiros	(263)	(546)
Total	(53.226)	(50.281)

23 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País, referente avais e fianças e estas somam o montante de R\$ 735.363 (R\$ 976.420 em dezembro/2019). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução $\ensuremath{\text{n}^{\circ}}$ 4.512/16 do Bacen. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do CMN e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do índice de Basileia era de 18,03% (19% em

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício de 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 4.568 (R\$ 1.229 em dezembro/2019), conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 2.726 (R\$ 4.563 em dezembro/2019), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 82 (R\$ 618 em dezembro/2019), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 1.131 (R\$ 1.491 em dezembro/2019), juros sobre confissão de dívida R\$ 10.099 em dezembro/2019, reversão de PLR de R\$ 1.428 (não havia em 2009) e outras rendas no valor de R\$ 9.846 (R\$ 10.963 em dezembro/2019).

e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a variação cambial sobre operações em moeda estrangeira de R\$ 121.018 (R\$ 32.254 em dezembro/2019), em atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 989 (R\$ 805 em dezembro/2019), provisão para garantias prestadas R\$ 57.608 (R\$ 13.646 em dezembro/2019) e outras despesas operacionais de R\$ 1.779 (R\$ 1.308 em 2019)

24 Informações suplementares

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19. Durante este período, o ING Brasil, seguindo orientações dadas a todos os países onde o grupo atua, tomou todas as medidas necessárias para garantir a segurança de seus colaboradores e a continuidade no atendimento de qualidade aos seus clientes. O ING Brasil conduziu criteriosas análises de risco e crédito no intuito de detectar possíveis deteriorações na carteira de clientes, do ponto de vista financeiro e operacional. Como resultado deste trabalho, tivemos aumentos pontuais de provisão, resultantes da deterioração do perfil de crédito de alguns de nossos clientes. Apesar disso, ressaltamos que a grande maioria de nossa carteira de clientes performou durante o ano de 2020 sem sofrer grandes impactos decorrentes dos efeitos pandemia. A filial permanece atenta e monitorando continuamente os impactos da pandemia a fim de se antecipar a qualquer risco apresentado.

25 Resultados não recorrentes

A Filial teve resultados não recorrentes devido a atualização da estratégia citada na nota explicativa 1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 56.807 (não havia em 2019), compostas por despesas de pessoal de R\$ 50.484, despesas com imóvel de R\$ 5.723 e despesas com advogados de R\$ 600, contabilizadas em outras despesas operacionais.

26 Eventos subsequentes

A Medida Provisória nº 1.034/21 alterou a Lei nº 7.689/88 e a Lei Complementar nº 105/01 em seu Artigo 1º - Inciso I, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para Bancos, de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período para a Filial.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6



https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

auditoria.

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a administração do ING Group, em 05 de novembro de 2020, anunciou descontinuar as atividades no Brasil do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), e iniciou naquela data o processo de encerramento de sua filial. Nossa opinião não contém ressalva relacionada

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3e, 8b e 8d das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria Conforme mencionado nas notas explicativas no 3e. 8b e 8d. para fins de mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. cujo valor total apresentado nas demonstrações financeiras é de R\$ 239.925 mil. o Banco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação operação, aos devedores e garantidores e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve

Como nossa auditoria enderecou esse assunto

Avaliamos desenho efetividade operacional. controles amostragem, dos internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, de avaliação dos níveis de risco ("ratinas") dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Avaliamos (i), com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras ito, imornia, cadastrais, re racional e/ou reestruturação operacional financeira. garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias e premissas utilizadas para as provisões e (ii) o cálculo aritmético, avaliação sobre incluído na o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Principal assunto de auditoria

Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas inerentes ao processo para determinação estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à complexidade métodos premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3e, 8b e 8d estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada avaliação mensuração das provisões para esperadas perdas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários

Ver notas explicativas 3c, 3d, 6 e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3c, 3d, 6 e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 698.934 mil (ativo) R\$ 732.338 mil (passivo), e os títulos e valores mobiliários totalizam R\$ 798.947 mil. Para instrumentos financeiros mensurados a valor de mercado. cujos preços ou parâmetros de não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na

sua mensuração. Os ativos financeiros classificados categoria "Mantidos até o vencimento" também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação considerando as metodologias e premissas utilizados.

Desta forma, devido ao alto nível de julgamento envolvido na mensuração do valor de mercado na avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável desses instrumentos consideramos como financeiros, um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade amostragem, dos controles internos chaves implementados pelo Banco para mensuração do valor de mercado e avaliação dos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros

Com base em uma amostra de instrumentos financeiros, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros. os modelos desenvolvidos pelo Banco para determinação dos valores de mercado, com o uso de parâmetros independentes para a sua precificação.

Recalculamos, por amostragem, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros como analisamos as políticas e os critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros classificados categoria "Mantidos até o vencimento"

Avaliamos divulgações efetuadas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3c, 3d, 6 e 7 estão de acordo com as normas aplicáveis

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração e instrumentos avaliação dos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria KPMG Auditores Independentes ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com CRC 2SP014428/O-6

base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração pelas financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando. divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito. entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras. determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de marco de 2021.



Luciana Liberal Sâmia Contadora CRC 1SP198502/O-8

https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil



premissas e julgamentos do Banco

baseados em suas metodologias

internas de classificação de

risco, e as provisões para perdas

esperadas associadas ao risco

de crédito representa a melhor

do Banco quanto

estimativa

às perdas

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

O exercício de 2020, além dos impactos ocasionados pela pandemia do COVID-19, após o anúncio do fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido, a Filial apresentou um prejuízo líquido de R\$ 165 milhões, *versus* um lucro líquido de R\$ 74 milhões em 2019. A variação no período reflete, principalmente, despesas com provisão de restruturação, baixa de créditos tributários e aumento nas despesas com provisão de devedores duvidosos

Em 31 de dezembro de 2020 a Filial possui títulos privados classificados como "mantidos até o Circular nº 3.930/19 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no vencimento". Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular nº 3.068 do BACEN.

A Filial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, e de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 18% (19% em 2019). Gerenciamento de Riscos

A Filial possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 e

findo em 31 de dezembro de 2020

sítio da instituição na internet, no https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre

ilial agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação

(Em milhares	de re	ais, exceto o li	ucro por lote o	de mil ações)
		2020	2020	2019
		2° Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		60.398	3.755.969	855.570
Operações de crédito		8.854	239.326	87.782
Resultado de operações com títulos e valores				
mobiliários		113.803	467.173	427.312
Resultado com instrumentos financeiros				
derivativos		(62.259)	966.089	201.826
Resultado de operações de câmbio		-	2.083.381	138.650
Despesas de intermediação financeira		36.617	(3.698.877)	(695.685)
Operações de captação no mercado		(24.716)	(89.832)	(140.170)
Operações de empréstimos e repasses		464.911	(3.145.007)	(423.183)
Resultado de operações de câmbio		(282.208)	(282.208)	(122.489)
Provisões para perdas esperadas associadas		,	,	
ao risco de crédito	8	(121.370)	(181.830)	(9.843)
Resultado bruto da intermediação financeira		97.015	57.092	159.885
Outras receitas/despesas operacionais		(211.110)	(171.308)	(75.640)
Receitas de prestação de serviços		43.290	77.409	81.215
Despesas de pessoal		(41.987)	(76.272)	(62.507)
Outras despesas administrativas	22	(24.899)	(53.226)	(50.281)
Despesas tributárias		(16.944)	(32.438)	(24.957)
Outras receitas operacionais	23.d	9.543	25.312	28.903
Outras despesas operacionais	23.e	(180.113)	(112.093)	(48.013)
Resultado operacional		(114.095)	(114.216)	84.245
Resultado não operacional			_	105
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(114.095)	(114.216)	84.350
Imposto de renda e contribuição social	20	(48.984)	(48.960)	(9.096)
Provisão para imposto de renda		(7.575)	(20.106)	(12.965)
Provisão para contribuição social		(5.927)	(15.915)	(8.197)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(163.079)

Balanço patrimonial

Em 01 do dozembro do 0000 o 0010

Ativo				Passivo
	Nota	2020	2019	
Circulante	5	6.068.476	7.490.404	Depósitos
Disponibilidades		106.057	4.524	Depósitos à vist
Aplicações interfinanceiras de liquidez		5.962.419	7.485.880	Depósitos interf
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros				Depósitos a pra
derivativos		1.497.881	1.647.454	Relações interde
Carteira própria		770.143	724.887	Recursos em tra
Vinculados à prestação de garantias	6	28.804	618.434	Obrigações por e
Instrumentos financeiros derivativos	7	698.934	304.133	Empréstimos no
Relações interfinanceiras		470	811	Instrumentos fina
Créditos vinculados:				Instrumentos fin
Depósitos no Banco Central do Brasil		389	741	Outras obrigaçõe
Correspondentes		81	70	Carteira de câm
Operações de crédito	8	784.339	938.291	Fiscais e previd
Operações de crédito - setor privado		459.106	257.634	Negociação e ir
Financiamentos - setor privado		328.925	689.223	Diversas
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de				Provisões
crédito (-)		(3.692)	(8.566)	Resultados de exe
Outros créditos		22.313.364	30.231.001	Resultado de exe
Carteira de câmbio	9	22.228.467	30.076.388	Patrimônio líquido
Rendas a receber		4.684	7.768	Capital:
Negociação e intermediação de valores		1.203	20.885	De domiciliados
Diversos	10	315.243	175.489	Aumento de car
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito				Reserva de capit
(outros créditos) (-)	8	(236.233)	(49.529)	Reserva de lucro
Outros valores e bens		147	253	Prejuízos acumu
Despesas antecipadas		147	253	
Ativo fiscal diferido	11	70.191	97.278	
Investimentos		65	65	
Outros investimentos		65	65	
Imobilizado de uso		4.612	7.770	
Outras imobilizações de uso		6.361	9.574	
(-) Depreciações acumuladas		(1.749)	(1.804)	
Intangível		2.944	736	
Ativos intangíveis		4.279	901	
(-) Amortização acumulada		(1.335)	(165)	
Total do ativo		30.742.489	40.414.063	Total do passivo

			(Em milnai	res de reals,) <u> </u>
	Passivo				
9		Nota	2020	2019	Ę
4	Depósitos	12	1.722.653	2.420.952	_
4	Depósitos à vista		912	473	
0	Depósitos interfinanceiros		261.816	276.909	
	Depósitos a prazo		1.459.925	2.143.570	_
4_	Relações interdependências		152.122	21.002	
7_	Recursos em trânsito de terceiros		152.122	21.002	
4	Obrigações por empréstimos	13	8.685.129	9.626.826	
3	Empréstimos no exterior		8.685.129	9.626.826	
1	Instrumentos financeiros derivativos		732.338	498.085	
	Instrumentos financeiros derivativos		732.338	498.085	
1	Outras obrigações		18.839.625	27.129.438	_
0	Carteira de câmbio	9	18.758.464	26.975.902	-
1	Fiscais e previdenciárias	14	47.933	49.336	
4	Negociação e intermediação de valores		47	105	
3	Diversas	15	33.181	104.095	F
	Provisões	16, 17	105.874	47.303	
6)	Resultados de exercícios futuros		1.279	2.630	
1	Resultado de exercícios futuros		1.279	2.630	_
8	Patrimônio líquido	19	503.469	667.827	-
8	Capital:				_
5	De domiciliados no exterior		489.835	458.260	_
9	Aumento de capital		-	31.575	
	Reserva de capital		4.818	4.550	
9)	Reserva de lucros		40.511	173.442	F
3	Prejuízos acumulados		(31.695)	-	- E
3					
					F
8 5 5					li li
5					
0					
4					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

30.742.489 40.414.063

Ativo fiscal diferido

Participações estatutárias no lucro

(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício

Eventos							
	Capital social	Aumento de capital	Reserva _ de capital	Legal	Reserva de lucros Estatutária	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	458.260	-	4.218	36.810	99.756	-	599.044
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	74.025	74.025
Aumento de capital	-	31.575	31.575	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.701	-	(3.701)	<u> </u>
Reserva estatutária	-	-	-	-	70.324	(70.324)	
Outras reservas	-	-	332	-	-	-	332
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(37.147)	-	(37.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	458.260	31.575	4.550	40.511	132.933	-	667.829
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(164.628)	(164.628)
Outras reservas	-	-	268	-	-	-	268
Saldos em 31 de dezembro de 2020	489.835	-	4.818	40.511	132.933	(164.628)	503.469
Saldos em 30 de junho de 2020	489.835	-	4.676	40.511	170.078	(38.693)	666.407
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-		-	(163.080)	(163.080)
Outras reservas	-	-	142				142
Saldos em 31 de dezembro de 2020	489.835	-	4.818	40.511	170.078	(201.773)	503.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

No comunicado à imprensa feito pelo ING *Group* no dia 05 de novembro de 2020, foram anunciadas atualizações da estratégia *Think Forward* para o segmento *de Wholesale Banking*, que incluiu o fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido. A Filial de São Paulo comunicou os reguladores e os colaboradores, e o processo de encerramento das atividades será realizado em conformidade com os requerimentos necessários.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto do encerramento das atividades

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para rgistrado. Tierris significativos supritos a estas estimativas e premisasa interima a provisado para esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências, registradas de acordo Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários (incluindo a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável, quando aplicável), instrumentos financeiros derivativos e crédito tributário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente, conforme nota 3.1.

Mudanças na apresentação das demonstrações finançeiras

um base na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen 3.959/2019, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos (i) mudanças na apresentação do balanço patrimonial dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade; (ii) abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas (iii) balanço patrimonial passa a ser apresentado comparativamente ao exercício social imediatamente anterior e. (iv) inclusão da Demonstração de Resultado Abrangente Adicionalmente, o Banco adequou suas divulgações, em linha com a Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020 trouxe mudanças na apresentação, onde destacamos: (i) nomenclatura de contas, como por exemplo: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e (ii) apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes de

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, que fazem parte dos itens de caixa e equivalente de caixa, são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda: e Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Administração do Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, que envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando metodologias e premissas utilizadas, quando aplicável

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do exercício quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Banco não possuía títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Bacen, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de rai altasques com institutions influentos termativos realizadas plara atentre interessidades collentes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa

de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

 Hedge de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Filial possuía instrumentos financeiros classificados nessa

Hedge de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parámetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), além disso, envolven premissas e julgamentos da Administração baseados em metodologias internas de classificação de risco, e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa quanto à essas perdas

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, conforme demonstrado na Nota 8b.

Átendendo à Resolução nº 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o exercício de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

Conforme a Resolução nº 3.566 do CMN, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado

do exercício. i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no exercício

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as difer temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 4.842/20 do CMN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30%

De acordo com a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019, a partir de 1º de marco de 2020. a alíquota da contribuição social foi majorada a 20%, e por isso a contribuição social diferida foi constituída considerando está alíquota para tudo que apresenta realização a partir

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira

k) Pagamento baseado em ações Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o

correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo. I) Resultado recorrentes e não recorrentes

Considera-se como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, e de acordo com o que lhe é permitido pelo seu regulador, Banco Central do Brasil. Além disto, a Administração da Filial considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência num período entual da instituição

4 Gerenciamento de riscos

nento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue: Risco de mercado - é definido pelo risco de mudança de taxas e preços no mercado financeiro que possam reduzir o valor do portfólio afetando de forma negativa os resultados do conglomerado. Esses riscos são provenientes da atividade de trading que pode ter posições sem hedge abertas no mercado ou com hedges imperfeitos.

O gerenciamento e monitoramento do risco de mercado compreende a análise de métrico de mensurar o risco, estabelecer limites e divulgar informações como VaR, Basis Point Value (BPV), exposição cambial (FX Delta), stress test e backtest. O controle é feito de forma independente das

Análise de sensibilidade - o Balanço Patrimonial está sujeito à variação dos fatores de risco de mercado decorrentes da atividade de intermediação financeira e de negociação por conta própria da instituição. A exposição a risco de mercado é gerenciada pela área de *Financial Markets*, que desempenha a função de primeira linha de defesa, e monitorada de forma independente pela área de Risco de Mercado, como segunda linha de defesa, observando-se limites preestabelecidos revisados periodicamente para assegurar alinhamento ao apetite de risco da organização. Os fatores de risco a que a instituição está atualmente sujeita abrangem exposição à variação cambial e variação das taxas de juros das moedas negociadas, que, no caso da filial brasileira do ING Bank N.V., concentramse primariamente em dólares americanos, euros e reais. A atividade da instituição não envolve, no momento, posições em produtos não lineares, como opções de moeda e juros.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

74.025

(12.939)

	2020	2020	2019
	2° Semestre	Exercício	Exercício
(Prejuízo) líquido do sício	(163.079)	(164.628)	74.025
esultados abrangentes ado abrangente total	(163.079)	(164.628)	74.025
	(163.079)	(164.628)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	2020	2020	2019
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do semestre/			
exercício	(110.321)	18.585	73.971
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercício	(163.082)	(164.628)	74.025
Depreciações e amortizações	551	1.115	2.264
Baixas no imobilizado		-	(12.388
Provisões para perdas esperadas associadas ao			
risco de crédito	52.068	181.830	9.843
Outras reservas	142	268	332
Resultado não operacional	-	-	(105
Variação de ativos e passivos	(4.811.758)	(1.440.348)	3.137.719
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários			
e instrumentos financeiros derivativos	1.337.493	149.573	(622.472)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	458	341	404
(Aumento) Redução em operações de crédito	175.559	158.826	280.919
(Aumento) Redução em outros créditos	20.470.153	7.758.020	(15.939.928
(Aumento) Redução em outros valores e bens	398	106	(16
(Redução) Aumento em depósitos	(918.175)	(698.299)	383.004
(Redução) Aumento em captações no mercado			
aberto	-	-	(126
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	(6.029.386)	(941.697)	3.650.740
(Redução) Aumento em relações de interdependências	150.591	131.120	14.050
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros			
derivativos	(738.501)	234.253	286.817
(Redução) Aumento em outras obrigações	(19.259.958)	(8.231.240)	15.090.395
(Redução) Aumento em resultados de exercícios			
futuros	(390)	(1.351)	(6.068
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(4.922.079)	(1.421.763)	3.211.690
Atividades de investimento			
Alienação (Aquisição) de outros investimentos	-	-	79
Aquisição (Alienação) de imobilizado de uso	(73)	3.213	3.602
Aquisição (Alienação) de intangível	-	(3.378)	(476
Caixa líquido originado em atividades de investimento	(73)	(165)	3.205
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	-	31.575
Juros sobre capital próprio	-	-	(37.147
Caixa (Aplicado) em atividades de financiamento	-	-	(5.572
Aumento (Redução) nos fluxos de caixa	(4.922.152)	(1.421.928)	3.209.323
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/	,	,	
exercício	10.990.628	7.490.404	4.281.081
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/			
exercício	6.068.476	6.068.476	7.490.404
exercicio			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

. O Value-at-Risk é uma métrica estatística que mensura a perda percentual da carteira do Conglomerado sujeita a riscos de mercado, ou seja, a riscos de flutuação de taxas de juros ou taxas de câmbio. Representa a perda máxima dentro de um período e nível de confiança de primados.

O conglomerado ING *Bank* do Brasil segue a metodologia global padrão da organização, sendo esta a simulação histórica com a amostra de um ano, horizonte de tempo de um dia e 99% de nível de

_	comança.		
3	Valores em milhares de Reais		
,			
3	VaR taxas de juros	1.499	1.741
)	VaR moeda estrangeira	262	318
a	VaR fechamento do exercício	1.514	1.754
	VaP máximo do oversício	12 /2/	2 /10

1.090 ii. O BPV (Basis Point Value) é uma forma de mensurar o risco de mercado de ativos de renda fixa e verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um *basis-point* (ou seja,

Fator de r	isco		
	Valores em milhares de Reais		
BPV	PRE	(20)	(10
	USD on	(101)	(71
	USD off	97	50
	EUR on	103	9
	EUR off	(107)	(35
FX Delta	USD	(6.874)	(14.192
	EUR	(389)	(2.068
	JPY	47	39
	GBP	60	5

0,01%) na taxa de juros. O Delta mede a variação de preço do ativo subjacente

iii. Teste de estresse - Risco de mercado: As métricas de risco utilizadas são submetidas a testes de estresse adicionais com o objetivo de identificar o potencial de perda em condições extremas, como VaR de estresse, e de eventos excepcionais específicos identificados em históricos mais extensos. O quadro abaixo resume a situação das principais medidas utilizadas pela filial brasileira na gestão dos

Valores em milhares de Reais		
SVaR taxas de juros	5.604	30.007
SVaR moeda estrangeira	1.565	3,436
SVaR fechamento do exercício	5.604	29.020
SVaR máximo do exercício	55.795	36.589
SVaR mínimo do exercício	4.149	11.989

a aderência ao modelo de VaR, o método constitui em comparar o VAR calculado com as perdas ou ganhos financeiros efetivos da posição até o momento. Os dados de *PnL* teórico são inseridos na plataforma global e os resultados do backtesting são compilados e divulgados periodicamente. Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo

econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores. Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais

e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial



https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil

VEC - 6COL X 52CM - Pág. 1



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular n° 3.640/13 do Bacen, foi adotada a metodolog de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza da operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das b) comité de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este

se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2020 Circulante	2019 Circulante
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	106.057	4.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.962.419	7.485.880
Total .	6.068.476	7.490.404
A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é	composta por operações comp	romissadas no

montante de R\$ 5.962.419 (R\$ 7.485.880 em dezembro/2019) lastreadas em títulos públicos, com a contar da data de aquisição

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão

Títulos e valores mobiliários				2020
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Cotas de fundos de investimento	28.804	-	28.804	28.80
	28.804		28.804	28.80
Mantidos até o vencimento				
Debêntures		770.143	770.143	770.14
		770.143	770.143	770.14

		770.140	770.140	770.140
Títulos e valores mobiliários				
				2019
	Até 3	Acima	Valor	Custo
	meses	de 1 ano	contábil	atualizado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	113.524	-	113.524	113.40
	113.524	-	113.524	113.40
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Letras do tesouro nacional	598.215	-	598.215	597.40
Cotas de fundos de investimento	20.219	-	20.219	20.21
	618.434	-	618.434	617.62
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	611.363	611.363	611.36
	-	611.363	611.363	611.36

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como mantidos até o vencimento é R\$ 823.134 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os seus administradores.

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com este critério, não foi constituída provisão.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes.

ateritades recessionades de receyo de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
 Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para

administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes. Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros 11 Ativo fiscal diferido

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos,

Instrumentos financei	ros derivativos				
					2020
-		De 3		Valor	
	Até 3	meses	Acima	contábil/	Custo
	meses	a 1 ano	de 1 ano	mercado	atualizado
Ativo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	1.740	3.597	5.337	3.893
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	258.220	313.989	121.388	693.597	675.258
Totais por faixa					
de vencimento					
em 2020	258.220	315.729	124.985	698.934	679.151
Totais por faixa					
de vencimento					
em 2019	159.022	121.978	23.133	304.133	285.385
Passivo - Negociação					
Swaps					
 Moeda estrangeira 	(1.519)	(121.246)	(37.116)	(159.881)	(156.079)
Mercado a termo					
 Moeda estrangeira 	(319.469)	(216.957)	(35.132)	(571.558)	(557.768)
Outros	(899)	_	-	(899)	(899)
Totais por faixa	, ,			, ,	, ,
de vencimento					
em 2020	(321.887)	(338.203)	(72.248)	(732.338)	(714.746)
Totais por faixa		, ,	, ,	, ,	,
de vencimento					

de vencimente em 2019 (225.140) (214.501) (58.444) (498.085) (430.934) As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores

Contratos					`
					2020
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	2.352.635	24.066.229	1.287.736	-	27.706.600
- Taxa de juros	13.799.619	-	-	-	13.799.619
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-		469.896	469.896
Total 2020	16.152.254	24.066.229	1.287.736	469.896	41.976.115
Total 2019	21.278.992	25.781.287	1.298.725	1.505.614	49.864.618

margens no valor de R\$ 28.804 (R\$ 618.434 em dezembro/2019), garantidas mediante a vinculação de

cotas de fundo de liquidação Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até abril de 2022. Os itens objeto de hedge são representados poi operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até janeiro de 2022, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto

	referencial	mercado
Instrumento de hedge		
Futuros - DI	457.898	469.896
Objeto de hedge		
Operações de crédito	111.500	112.601
CDB	341.000	355.168
Os valores líquidos dos ganhos e perdas com inst		registrados en

	2020	2019
Futuros	147.519	363.762
Swaps	(408.499)	(18.155)
Termo	1.226.250	(143.441)
Outros	819	(340
Total	966.089	201.826

8 Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN, tem a seguinte composição: a) Setor de atividade

Setor privado	2020	2019
ndústria	513.003	741.103
Comércio	100.036	
Outros servicos	174.992	205.743
Pessoas físicas	-	11
Total (*)	788.031	946.857

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)		
Setor privado		
Indústria	1.043.042	1.541.208
Comércio	1.899.056	1.189.220
Outros serviços	375.673	309.223
Total	3.317.771	3.039.651

ia	Iotal	3.317.771	3.039.651
as s.	Títulos e créditos a receber (Nota 10)		
al,	Setor privado		2019
al. ja	Outros serviços (*)	151.076	-
ja	Total	151.076	-
	(4) = 11		

Em março de 2020 houve vencimento de garantia prestada, convertida em confissão de dívida, no valor de R\$ 153.906.

Nível de risco					
		Valo	or da provisão	Val	or da carteira
		2020	2019	2020	2019
AA	0%	-	-	2.297.763	1.046.571
A	0,5%	-	633	-	126.580
В	1%	10.309	25.925	1.030.893	2.593.850
С	3%	-	2.941	-	98.045
D	10%	69.398	3.921	693.976	39.211
E	30%	-	24.675	-	82.251
F (*)	50%	77.048	-	151.076	-
G	70%	-	-	-	-
Н	100%	83.170	-	83.170	-
Total		239.925	58.095	4.256.878	3.986.508

(*) A provisão do nível F foi constituída sobre 51% do valor da carteira, de acordo com a estimativa efetuado pela área de Risco de crédito.

	1
	2019
1.554.905	1.065.888
2.322.208	2.475.726
145.522	444.894
182.758	-
51.485	-
4.256.878	3.986.508
	1.554.905 2.322.208 145.522 182.758 51.485

Provisão		
Saldo inicial	58.095	48.252
Constituição	193.670	17.737
Reversão	(11.840)	(7.894)
Saldo final	239.925	58.095

A garantia prestada com vencimento em marco de 2020, mencionada na nota explicativa 8.a), tinha provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito no valor de R\$ 68.330, que foi revertida da rubrica de provisão para fianças e garantias prestadas, e reconstituída como provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando ocorreu a conversão para confissão de dívida dessa garantia prestada e, como consequência, para fins de comparação adequada, o resultado desta reversão foi classificada na rubrica de despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 existem operações renegociadas no montante de R\$ 234,246 (R\$ 241,158

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio				
		2020		2019
		Longo		Longo
	Circulante		Circulante	
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	13.183.725	2.238.267	17.509.796	92.284
Direitos sobre venda de câmbio	5.129.248	1.617.784	12.329.631	88.384
Rendas a receber de adiantamento				
concedido (Nota 8)	59.443	-	56.293	-
Total	18.372.416	3.856.051	29.895.720	180.668
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	5.228.689	1.620.725	12.147.455	87.656
Obrigações por compra de câmbio	12.935.724	2.231.654	17.635.765	88.384
Adiantamentos sobre contratos de				
câmbio (Nota 8)	(3.258.328)	-	(2.983.358)	-
Total	14.906.085	3.852.379	26.799.862	176.040

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos				
		2020		2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos a compensar	13.018	5.149	25.020	4.848
Depósitos judiciais (Nota 17.d)	9	141.825	-	139.841
Adiantamentos a funcionários				
e terceiros	516	66	1.069	-
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	151.076	-	-	-
Devedores diversos país	434	3.150	318	4.393
Total	165.053	150.190	26.407	149.082

Outras provisões temporárias

derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social existentes em 31 de Dezembro de 2020, no montante de R\$ 70.191 (R\$ 97.278 em dezembro/19) decorre basicamente de diferenças temporárias, assim consideradas as despesas apropriadas no resultado do exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja exclusão ou compensação fiscal futura encontra-se expressamente prevista na legislação tributária vigente. Essas diferenças temporárias estão, basicamente, representadas pela provisão para perdas associadas ao risco de crédito, estoque a realizar de diferença de curvas no cálculo de derivativos futuros registrados

na B3, ajustes a valor de mercado e provisões para contingências fiscais.
As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir

Créditos tributários diferidos				
		Adições	Baixas	
Outras provisões temporárias	63.476	85.089	(91.326)	57.239
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	7.358	54.406	(61.764)	-
IR/CS diferido sobre marcação a mercado	26.444	46.492	(59.984)	12.952
Total	97.278	185.987	(213.074)	70.191
Créditos tributários diferidos				
	2010	Adiaãaa	Deives	2010

(14.398) (122.522) Prejuízo fiscal e base negativa CSLL IR/CS diferido sobre marcação a mercado O saldo de provisões temporárias passivas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.660 (R\$ 19.808 em O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a

seguir:	
Realização do crédito tributário	
	2020
Ano-calendário 2021	62.798
Ano-calendário 2022	7.393
Importo do rondo o contribuição accial diferida	70 101

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 66.890 (R\$ 92.584 em dezembro/2019), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os resp

12 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com

taxas de mercado. Seus vencimentos estao assim distribuidos:					
Depósitos e captaçõo	es				
					2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista Depósito	912	-	-	-	912
interfinanceiros Depósito a prazo	-	911.215	261.816 293.583	255.127	261.816 1.459.925
Total por faixas de vencimento em 2020	912	911.215	555.399	255.127	1.722.653
Total por faixas de vencimento em 2019	473	765.015	1.517.801	137.663	2.420.952

13 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito portação, no montante de US\$ 1.496.705 (US\$ 1.226.101 em dezembro/2019) que representa R\$ 7.77.032 (R\$ 4.941.311 em dezembro/2019), a taxa de juros de até 5,99% ao ano e vencimentos até setembro de 2022, repasses do exterior, no montante de US\$ 170.765 que representa R\$ 887.313 (R\$ 1.023.853 em dezembro/2019), a taxa de juros de até 2,56% ao ano e vencimentos até junho de 2021 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 4.000 (US\$ 811.194 em dezembro/2019) que representa R\$ 20.784 (R\$ 3.661.662 em dezembro/2019), a taxa de juros de até 0,15% ao ano com vencimentos até janeiro de 2021.

14 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias		
	2020 Circulante	2019 Circulante
Impostos e contribuições a recolher	6.745	8.366
Imposto de renda e contribuição social	35.528	21.162
Impostos e contribuições diferidos	5.660	19.808
Total	47.933	49.336

15 Outras obrigações - diversas

	2020 Não		2019 Não
Circulante	circulante	Circulante	circulante
15.656	3.975	14.498	1.229
1.381	-	68.473	1.410
6.725	5.444	18.088	397
23.762	9.419	101.059	3.036
	15.656 1.381 6.725	Circulante circulante 15.656 3.975 1.381 - 6.725 5.444	Circulante Não circulante Circulante 15.656 3.975 14.498 1.381 - 68.473 6.725 5.444 18.088

https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil

16 Provisão de reestruturação

Conforme descrevemos na Nota 1, a Filial de São Paulo fará o encerramento das atividades no Brasil. Como parte desse processo e, de acordo, com o CPC 25, realizamos uma provisão para reestruturação, composta por:

	2020
rovisão de despesas de pessoal	50.484
rovisão despesas com imóvel	5.723
rovisão de despesas com advogados e demais	600
otal	56.807

17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	2019	Adições	Baixas/ Reversões	2020
Trabalhistas	65	-	(65)	-
Fiscais	47.238	2.200	(371)	49.067
Total	47.303	2.200	(436)	49.067
L 4\ D!	-1			

b.1) Passivos contingentes classificados como perda possível: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R\$ 27.554 (R\$ 26.799 em dezembro/2019). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em maio/2019.

Deposito judicial reito em maior/2019.

Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 12.660 (R\$ 12.364 em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.

Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.506 (R\$ 6.419 em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa

e aguarda julgamento. Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 6.204 (R\$ 6.136 em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

administrativa e aguarda julgamento.

Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de *hedge*), no valor de R\$ 3.301 (R\$ 3.220 em dezembro/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 9.621 (R\$ 9.880 em dezembro/2019).

Obrigações legais: representadas, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão" conforme balanço patrimonial. As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 10.346 (R\$ 10.093 em dezembro/2019) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 24.803 (R\$ 24.382 em dezembro/2019), ISS sobre avais e fianças no montante de R\$ 8.633 (R\$ 7.414 em dezembro/2019), IRPJ/CSLL sobre ganhos na avais e lialição lo molitalite de R\$ 0.055 (R\$ 7.414 Bill dezembiol/2019), IFIS/ICSLE sobre galinos ha desmutualização da BMF/Bovespa no montante de R\$ 2.208 (R\$ 2.178 em dezembro/2019) e processos de natureza trabalhista/previdenciária no montante de R\$ 2.258 (R\$ 3.171 em dezembro/2019). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

c) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais en atureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados están relacionados à diferença de aliquotas de CSLL no montante de R\$ 26.647 (R\$ 26.196 em dezembro/2019), depósitos vinculados a Anistia R\$ 19.590 (R\$ 19.402 em dezembro/2019), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 25.755 (R\$ 25.297 em dezembro/2019), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 6.087 (R\$ 5.988 em dezembro/2019), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 6.004 (R\$ 5.863 em dezembro/2019), detudibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 12.660 (R\$ 12.364 em dezembro/2019), e PIS (08 a 12/2004) e COFINS - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de *hedge*", no montante de R\$ 30.855 (R\$ 30.019 em dezembro/2019). O saldo remanescente de R\$ 14.235 (R\$ 14.712 em dezembro/2019) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

18 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim

Descrição						
			2020			2019
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de						
crédito	3.485.089	-	148.115	3.162.538	-	61.751
Empréstimos do exterior	_	3.362.248	(154.051)	_	3.159.504	(57.356)

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de operações ativas vinculadas em atraso é de R\$ 83.170.

19 Patrimônio líquido

63.476

O capital social da Filial corresponde a R\$ 489.835 (R\$ 489.835 em dezembro/2019), referente a o capital social da l'iliai conesponde a l'is 43,535 (1st 46,555 (1st 46,555), felerite a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial. de l'attitut administrat de capital, de actorito cerrir que lo definitor de la controlatores de 1 mai.

Conforme Deliberação em 27 de dezembro de 2019, houve aprovação de aumento de capital no valor de R\$ 31.575 homologado pelo Bacen em 06 de abril de 2020. A totalidade do aumento de capital é rente a capitalização de juros de capital próprio

20 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição	social			
		2020		2019
		Con-		Con-
	Imposto	tribuição	Imposto	tribuição
	de renda	social	de renda	social
Apuração de imposto de renda e				
contribuição social				
Imposto de renda e contribuição				
social corrente				
Resultado antes dos impostos				
e participações	(114.216)	(114.216)	84.350	84.350
(-) Participações nos resultados	(1.452)	(1.452)	(1.229)	(1.229
Resultado antes dos impostos	,	,	,	,
ajustado	(115.668)	(115.668)	83.121	83.121
Adições ou exclusões temporárias	212.301	212.301	31.294	31,294
Ajuste contábil referente futuros	31.526	31.526	(26.435)	(26.435
Ajuste MTM swap e títulos			, , , , , ,	,
públicos	(29.983)	(29.983)	42.776	42.776
Provisão para créditos de liquidação	(20.000)	(20.000)	12.770	12.770
duvidosa	113.329	113.329	23.488	23,488
Provisão para contingências e	110.020	110.020	20.400	20.100
variação monetária dos depósitos				
iudiciais	39.349	39.349	(7.448)	(7.448
Provisão restruturação	56.807	56.807	(7.440)	(7.440
Provisão para gratificações	1.353	1.353	(684)	(684
Outras adições e exclusões diversas	(80)	(80)	(403)	(403
Adições ou exclusões permanentes	1.578	1.578	(36.350)	(36.350
Compensação prejuízo fiscal/	1.370	1.370	(30.330)	(30.330
base negativa	(16.351)	(16.351)	(23.420)	(00.400
Base tributável	81.860	81.860	54.645	(23.420 54.645
	01.000	01.000	34.043	34.043
IR (alíquota 15%) e CS	(40.000)	(4E 0C7)	(0.107)	(0.107
(Alíquota 20%) (*)	(12.280)	(15.867)	(8.197)	(8.197
Adicional de IR (alíquota 10%)	(8.162)	-	(5.441)	
Redução de imposto por incentivos	782		673	
Imposto de renda e contribuição				
social a pagar	(19.660)	(15.867)	(12.965)	(8.197
Ajuste de exercícios anteriores (a)	(446)	(48)	-	
Imposto de renda e contribuição				
social corrente	(20.106)	(15.915)	(12.965)	(8.197
mposto de renda e contribuição				
social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(29.983)	(29.983)	42.775	42.775
Provisões não dedutíveis				
temporariamente	(13.859)	(13.859)	15.734	15.734
Prejuízo fiscal e base de cálculo				
negativa	(16.351)	(16.351)	(23.420)	(23.420
Outras diferenças temporárias	31.439	31.439	(26.443)	(26.443
Base tributável diferida	(28.754)	(28.754)	8.646	8.646
mposto de renda e contribuição	(==:::)	(==:::-)		2.010
social diferido	(7.187)	(5.752)	2.162	9.904
a) valores de processos com discussão	, ,	, ,		0.00

(*) em 2019 a alíquota de CS era de 15%.

21 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(Passivo)		(Em milhar	es de Reais)
	Grau de relação		
Depósito em moeda estrangeira	Controladora	1.952	30.189
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(473)	(912)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(261.907)	(261.816)
Empréstimos no exterior	Controladora	(9.290.911)	(8.281.405)
Outros créditos - câmbio	Controladora	24.507.650	(13.722.935)
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(24.452.059)	(13.588.650)

Receitas/(despesas)	(Em milhares de Reais)		
	Grau de relação		
Resultado de câmbio	Controladora	(244.761)	(496.859)
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	314	314
Receita de prestação de servicos	Controladora	47.710	49.633
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(56)	(9)
Despesas com depósitos interfinanceiros Resultado de empréstimos	Outras partes relacionadas	(15.377)	(6.740)

no exterior Controladora (613.718) (1.828.904) As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6.060 (R\$ 6.021 em dezembro/2019) de remuneração fixa, e de R\$ 3.170 (R\$ 2.490 em dezembro/2019) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo, conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal

a) Remuneração baseada em ações
A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable" Performance Plari", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos



VEC - 6COL X 52CM - Pág. 2



mente os impactos da pandemia a fim de se antecipar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo 23 Informações adicionais societário do funcionário com a entidade local.

No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as acões, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 268 (R\$ 332 em dezembro/2019), tendo como contrapartida

22 Despesas administrativas

	2020	2019
Serviços prestados por parte relacionada	(18.788)	(14.327)
Processamento de dados	(10.178)	(9.206)
Outras despesas administrativas	(5.944)	(5.166)
Serviços do sistema financeiro	(5.519)	(4.644)
Serviços técnicos especializados	(4.453)	(6.177)
Aluguel	(4.198)	(4.153)
Depreciação e amortização	(1.115)	(2.264)
Manutenção e conservação de bens	(1.094)	(1.300)
Comunicação, publicações, promoções e		
relações públicas	(1.077)	(1.470)
Seguros, água, energia e gás	(332)	(185
Despesas de transporte e viagem	(265)	(843)
Serviços de terceiros	(263)	(546)
Total	(53.226)	(50.281)

a) As garantias prestadas no País, referente avais e fianças e estas somam o montante de R\$ 735.363 (R\$ 976.420 em dezembro/2019). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Bacen. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades

financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do CMN e alterações posteriores. Em al de dezembro de 2020, o valor do índice de Basileia era de 18,03% (19% em 2019).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano

Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício de 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 4.568 (R\$ 1.229 em dezembro/2019), conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 2.726 (R\$ 4.563 em dezembro/2019), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 82 (R\$ 618 em dezembro/2019), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 1.131 (R\$ 1.491 em dezembro/2019), juros sobre confissão de divida R\$ 10.099 em dezembro/2019, reversão de PLR de R\$ 1.428 (não havia em 2009) e outras rendas no valor de R\$ 9.846 (R\$ 10.963 em dezembro/2019).

e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a variação cambial sobre operações em moeda estrangeira de R\$ 121.018 (R\$ 32.254 em dezembro/2019), em atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 989 (R\$ 805 em dezembro/2019), provisão para garantias prestadas R\$ 57.608 (R\$ 13.646 em dezembro/2019) e outras despesas operacionais de R\$ 1.779 (R\$ 1.308 em 2019).

24 Informações suplementares

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19. Durante este período, o ING Brasil, seguindo orientações dadas a todos os países onde o grupo atua, tomou todas as medidas necessárias para

garantir a segurança de seus colaboradores e a continuidade no atendimento de qualidade aos seus clientes. O ING Brasil conduziu criteriosas análises de risco e crédito no intuito de detectar possíveis deteriorações na carteira de clientes, do ponto de vista financeiro e operacional. Como resultado deste trabalho, tivemos aumentos pontuais de provisão, resultantes da deterioração do perfil de crédito de alguns de nossos clientes. Apesar disso, ressaltamos que a grande maioria de nossa carteira de clientes performou durante o ano de 2020 sem sofrer grandes impactos decorrentes dos efeitos pandemia. A

25 Resultados não recorrentes

filial permanece atenta e monitorando continu

a qualquer risco apresentado

A Filial teve resultados não recorrentes devido a atualização da estratégia citada na nota explicativa 1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 56.807 (não havia em 2019), compostas por despesas de pessoal de R\$ 50.484, despesas com imóvel de R\$ 5.723 e despesas com advogados de R\$ 600, contabilizadas em outras despesas operacionais.

26 Eventos subsequentes

A Medida Provisória nº 1.034/21 alterou a Lei nº 7.689/88 e a Lei Complementar nº 105/01 em seu Artigo 1º - Inciso I, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para Bancos, de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período para a Filial.'

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de lei

o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Belatório da Administração, somos requeridos a comunicar

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apres

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábei adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a sequir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a administração do ING Group, em 05 de novembro de 2020, anunciou descontinuar as atividades no Brasil do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), e iniciou naquela data o processo de encerramento de sua filial. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada

Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ões financeiras.

Principal assunto de					T
Ver notas explicativas	3e. 8b	e 8d	das	demonstra	CÖ

Conforme mencionado nas notas explicativas 3e. 8b e 8d. para fins de mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cujo valor total apresentado nas demonstrações financeiras é de FS 239.925 mil, o Banco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores e de operação, aos devedores e garantidores e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da a cada nivel de risco para fins de calculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a

melhor estimativa do Banco quanto às perdas

VEC - 6COL X 28CM - Pág. 3

Como nossa auditoria endereçou esse

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, de avaliação dos niveis de risco ("ratings") dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Avaliamos (i), com base em amostragem, informações que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras a proposta de cledid, informações infariceira, e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias e premissas judicial, inicialmo as interocuogias e per inissas utilizadas para as provisões e (ii) o cálculo aritmético, incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Principal assunto de auditoria

Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas inerentes ao processo para determinação da estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito perdas esperadas associadas ao risco de credito, à complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um ssunto significativo para nossa auditoria

Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas

Como nossa auditoria endereçou esse

nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3e, 8b e 8d estão de acordo

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ac risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ac semestre e exercícios findos em 31 de dezembro

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários Ver notas explicativas 3c, 3d, 6 e 7 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3c, 3d, 6 e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 698.934 mil (ativo) e R\$ 732.338 nil (passivo), e os títulos e valores mobiliários otalizam R\$ 798.947 mil. Para os instrumentos inanceiros mensurados a valor de mercado cujos preços ou parámetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua ulgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua

nensuração. Os ativos financeiros classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação considerando as metodologias e premissas

Desta forma, devido ao alto nível de julgamento envolvido na mensuração do valor de mercado e na avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável desses instrumentos inanceiros, consideramos como um assunto

Como nossa auditoria endereçou esse

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chaves implementados pelo Banco para mensuração do valor de mercado e avaliação dos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros.

Com base em uma amostra de instrumentos financeiros, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis avaliamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado, com o uso de parâmetros independentes para a sua

Recalculamos, por amostragem, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, bem como analisamos as políticas e os critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros classificados na categoria "Mantidos até o

Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3c. 3d. 6 e 7 estão de

meio dos procedimentos acima resumidos consideramos adequada a mensuração avaliação dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não amos gualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

ndependentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

- contro parte da adultoria l'earlizada de adultorio de la formación de adultoria. Além disso:

 Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

 Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis
- e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade
- . Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os

eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

KPMG KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia Contadora CRC 1SP198502/O-8

https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil

pefran